

ENTREVISTA COM MARIA CAMEZ CARLOTTO**INTERVIEW WITH MARIA CAMEZ CARLOTTO**

Entrevistadoras: Maria Jardim¹ e Gabriela Lanza Porcionato² (UNESP-Araraquara)

Apresentação da entrevistada

Maria Camez Carlotto é formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), onde realizou mestrado e doutorado. É Professora do Bacharelado em Ciências e Humanidades, do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde coordena o grupo Neoliberalismo, Democracia e Mudança Estrutural do Espaço Intelectual Brasileiro. Sua trajetória se destaca pela atuação na pesquisa sobre sociologia da ciência e geopolítica do conhecimento, e no combate às desigualdades de gênero no campo científico do Brasil. Mais recentemente suas pesquisas empíricas passaram a chamar a atenção para o tema das masculinidades, objeto dessa entrevista. Trata-se de uma liderança nos seus temas de estudo, cujas ideias e a forma de fazer sociologia tem influenciado a sua geração de cientistas sociais.

¹ É Professora Livre Docente do Departamento de Ciências Sociais da UNESP de Araraquara e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FCLAr. É a Editora Chefe da Revista Estudos de Sociologia da UNESP de Araraquara. É Bolsista Produtividade no CNPQ e líder do NESPOM-UNESP (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Emoções, Poder, Organização e Mercado) e colabora com o Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI) da UFSCar. E-mail: maria.jardim@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5715-1430>.

² Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP), Campus de Araraquara. Mestre e Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Professora na Unifipa - Centro Universitário Padre Albino. <https://orcid.org/0000-0002-0231-536X>.

1. Durante muito tempo, os homens foram estudados pelas ciências sociais sem que a masculinidade fosse necessariamente uma questão. O que muda quando passamos a olhar os homens também a partir do gênero?

O conceito de gênero emerge com força nas Ciências Sociais, a partir dos anos 1970, na esteira da crítica ao estruturalismo então predominante, especialmente nas ciências sociais de matriz europeia, que preconizavam, com distintas colorações teóricas, a primazia das estruturas em detrimento da agência, da identidade, do sujeito ou dos sujeitos. Essa crítica assumiu diferentes facetas: da valorização da política em face da economia à virada linguística das ciências sociais, da crítica ao determinismo à emergência do construtivismo, atento à forma como se constroem historicamente os sistemas de diferenças e assimetrias que compõe o que chamamos de estrutura social. O conceito de gênero é parte desse momento das ciências sociais, em que passamos a nos interessar sistematicamente pelos processos de construção social da realidade, o que implica atentar à agência de sujeitos sociais que, no limite, são atores políticos que constituem o mundo e as estruturas e identidades que o definem.

Não por acaso, a famosa formulação “não se nasce mulher, torna-se mulher”, que antecipa a ideia geral do conceito de gênero, foi dada por Simone de Beauvoir, no seu famoso *“O Segundo sexo”* publicado originalmente em 1949. Beauvoir integrava o movimento existencialista, que era uma reação filosófica precursora ao determinismo estruturalista de então. Sem usar o conceito de “gênero”, ela lançou luz sobre um aspecto crucial do conceito de gênero: a busca por compreender o processo de construção social do sistema de diferenças/assimetrias do que era então chamado sistema de sexo. Foi nessa esteira que trabalhos hoje clássicos como *Sex, Gender and Society* (1972), de Ann Oakley, ou *The Traffic in Women* (1975), de Gayle Rubin, e *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* (1986) de Joan Scott lançaram luz sobre os processos de construção social das identidades de gênero, em particular a “feminilidade” e a “masculinidade”.

Ato contínuo, e com o peso da agenda da interseccionalidade, posta pelo feminismo negro de Patricia Hill Collins, bell hooks, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez, e da agenda da performatividade, posta especialmente pelos trabalhos de Judith Butler, tornou-se incontornável olhar para as múltiplas identidades de gênero, incluindo no

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

campo da masculinidade, com o importantíssimo trabalho de Raewyn Connell sobre masculinidade hegemônica em *Gender and Power* (1987).

Tudo isso para dizer que o que muda com a emergência de uma agenda que, na esteira do conceito de gênero passa a enfatizar a construção social das múltiplas identidades masculinas ou, se quisermos, das múltiplas masculinidades. Isso implica mapear – portanto, dar acesso – aos processos sociais e agenciamentos que constituem os homens enquanto tais. Assim, da estrutura que define “o sexo” passamos a olhar para a ação que constrói “o gênero” ou “os gêneros”, com toda a implicação ética e política que isso traz.

Nesse bojo, em que os sujeitos, agentes ou, se quisermos, atores sociais ganham peso, ganha peso também a noção de performance de gênero, ou seja, as incontáveis ações sociais que atualizam o gênero como um movimento, um processo, levando à implosão de qualquer noção de estrutura, como cheguei a apontar no meu artigo “Bolsonarismo, Anti-intelectualismo e masculinidade” (Carlotto, 2025).

Seja como for, o ganho de atentar para os processos sociais que constituem a realidade social que aparece para nós, num primeiro momento, como dada é incomensurável. Passamos a compreender como histórico, como construído, como arbitrário e arbitrável o processo de definição das identidades ou, se quisermos, das estruturas de gênero, incluindo as socialmente dominantes como a masculinidade, em particular na sua forma hegemônica.

2. Como as pesquisas sobre masculinidade podem ajudar nos avanços sobre igualdade de gênero no Brasil?

As pesquisas sobre masculinidade contribuem de forma decisiva para os avanços na igualdade de gênero ao desnaturalizar a masculinidade hegemônica, demonstrando que ela não constitui um dado biológico estático ou uma estrutura fixa, mas sim uma construção social, histórica e cultural. Ao adotar a perspectiva de gênero, as ciências sociais tornam-se capazes de, como dito, mapear os processos e agenciamentos que constroem as identidades masculinas e as assimetrias de gênero que, por sua vez,

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

constituem poder, revelando que essas estruturas são arbitrárias e, portanto, passíveis de mudança.

Além dessa dimensão inerente ao conceito de gênero em geral, mais contemporaneamente e especialmente no Brasil, estudos revelam como a performance da masculinidade hegemônica — caracterizada por atributos como força, agressividade, apologia das armas e retórica de guerra — opera como um pilar central de sustentação do conservadorismo e do autoritarismo contemporâneo (Kalil, Pinheiro-Machado & Scalco, 2021; Carlotto, 2025). Compreender essa dinâmica permite expor como os avanços das mulheres na esfera pública, no mercado de trabalho e, especialmente, no ensino superior público — onde as mulheres negras se tornaram a maioria demográfica nas universidades — desencadeiam reações masculinizadas (backlashes) (Read, 2018; Norris & Inglehart, 2019; Carlotto, 2025). Essas reações desfecham ataques anti-intelectuais e misoginia contra instituições e espaços de debate percebidos como "feminizados" ou "fracos", demonstrando que a violência política de gênero e o machismo são estratégias deliberadas para restaurar hierarquias tradicionais (Biroli, 2018; Rocha, Solano & Medeiros, 2021; Carlotto, 2025).

Outro aporte crucial dessas investigações que se baseiam na superação de teorias sociológicas, políticas e econômicas baseadas em categorias "sexualmente cegas" (Souza-Lobo, 2021), que historicamente invisibilizaram as hierarquias de sexo e gênero na estruturação social. Ao incorporar o gênero como dimensão estruturante dos conflitos intelectuais e políticos, torna-se possível reconhecer que as disputas pelo conhecimento legítimo e pela ocupação dos espaços institucionais são profundamente atravessadas por relações desiguais de poder (1989; 2024).

Por fim, as pesquisas conectam a manutenção dos papéis tradicionais de masculinidade à lógica do capitalismo tardio e à agenda econômica neoliberal (Cooper, 2017; Biroli, 2019; Carlotto, 2025). A retração do Estado de bem-estar social e a redução de serviços públicos — ilustradas por agendas como o documento "Ponte para o Futuro", que fundamentou o golpe de 2016 (Carlotto, 2026) — transferem a responsabilidade do cuidado e do trabalho doméstico não pago para as unidades familiares, sobrecarregando desproporcionalmente as mulheres, numa agenda que remonta aos estudos clássicos e contemporâneos do feminismo materialista, marxista ou não (Vogel, 1983; Saffioti, 2013; Biroli, 2019).

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

Nesse contexto, os discursos de exaltação da família tradicional e as pedagogias da masculinidade atuam como tecnologias políticas que legitimam a divisão sexual do trabalho e articulam o conservadorismo moral aos interesses de contenção de gastos públicos do neoliberalismo (Teixeira, 2022; Carlotto, 2025).

3.Quais foram os achados empíricos mais surpreendentes das suas pesquisas sobre masculinidade?

Dentre os achados empíricos mais surpreendentes da minha pesquisa sobre política e masculinidade (Carlotto, 2025), destaca-se a constatação de uma hegemonia masculina e, mais do que isso, masculinista no ecossistema digital da extrema-direita no Brasil. Ao mapear a rede de interações da conta oficial de Jair Bolsonaro no Twitter entre 2017 e 2018, analisando 1.927 tuítes e 177 perfis únicos, a investigação revelou que 89% dos perfis individuais mencionados pertenciam a homens (88 de 99 perfis). Em contraste, no mesmo período, cerca de um terço dos perfis individuais citados na conta de Fernando Haddad pertenciam a mulheres. Além disso, entre os perfis dedicados à disputa de opinião e ao debate intelectual, todos os perfis individuais citados eram masculinos, assim como a totalidade dos fundadores e dirigentes dos portais e think tanks mencionados no ecossistema bolsonarista, como O Antagonista, Brasil Paralelo, Mídia Sem Máscara, ILISP e Terça Livre. Essa performance de masculinidade ancorava-se fortemente em subculturas marcadamente masculinistas, ou seja, que cultuavam uma masculinidade hegemônica, como atletas de artes marciais (MMA e Jiu-jitsu), o universo sertanejo e perfis de humor politicamente incorreto feito de homens para homens – cuja “graça” reside justamente no humor de reforço de hierarquias sociais que ridicularizam identidades de gênero subalternizadas.

Outro achado empírico central resulta do cruzamento entre a reação política conservadora e as transformações demográficas no ensino superior público, registradas no Censo da Educação Superior do INEP/MEC. Os dados do censo de 2022 analisados por mim revelam que as mulheres se tornaram a maioria absoluta do alunado universitário no país, representando 59,7% dos ingressantes. Nas universidades federais, as mulheres negras passaram a compor o maior grupo demográfico único, perfazendo 24,7% dos

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

ingressantes e 25,9% dos matriculados, ao passo que os homens brancos — que historicamente dominavam o espaço acadêmico — caíram para a quarta posição entre os subgrupos de raça e sexo, representando 19,9% dos estudantes. Diante dessa mudança estrutural, o estudo demonstra que o chamado anti-intelectualismo da extrema-direita não é uma mera recusa do conhecimento, mas uma reação (backlash) de gênero contra a universidade pública, retratada por esses grupos como um espaço "feminilizado" e "fraco". Como alternativa, articulou-se um "universo intelectual paralelo" composto por "escolas livres" virtuais e pagas — como os cursos de Olavo de Carvalho, o Instituto Borborema e a plataforma Brasil Paralelo —, promovendo uma cultura de debate pautada pela agressividade, pela virilidade e pela metáfora da guerra.

Por fim, em pesquisa mais recente (Carlotto, 2026), promovi uma análise documental da agenda econômica do golpe de 2016 revelou um marcante "familismo" implícito no programa neoliberal expresso no documento "Uma ponte para o futuro". Embora a palavra "mulher" não apareça uma única vez ao longo de todo o texto programático de ajuste fiscal, a palavra "família" é citada 16 vezes, em frequência muito próxima às 22 menções à palavra "Estado". Esse dado evidencia empiricamente a articulação entre o neoliberalismo e o conservadorismo patriarcal: ao promover a retração do Estado e o enxugamento dos serviços públicos de bem-estar social, a agenda econômica transfere para a esfera privada da família os encargos da saúde, da educação e do cuidado, sobrecarregando diretamente o trabalho doméstico e reprodutivo não pago desempenhado pelas mulheres.

Lidas em conjunto, essas pesquisas revelam que é impossível pensar a dimensão política do conservadorismo e do masculinismo sem a dimensão econômica que aponta a intrínseca relação entre gênero e reprodução social. As duas agendas de pesquisa parecem convergir para uma análise da crise contemporânea do capitalismo atenta às dimensões de classe, raça e gênero, na melhor tradição do estrutural-construtivismo.

4.Estamos diante do surgimento de novas masculinidades ou de uma ampliação dos repertórios disponíveis aos homens, que podem incorporar cuidado, afeto e vulnerabilidade sem necessariamente abandonar posições de privilégio?

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

As minhas pesquisas empíricas não me permitem responder diretamente a essa pergunta, porque o meu esforço de investigação esteve focado, fundamentalmente, em mapear e analisar as resistências e reações aos processos de avanço da agenda de gênero. Do lugar teórico e empírico de onde observo, posso dizer que, embora seja plenamente possível que estejam emergindo novos repertórios que permitam aos homens incorporar dimensões de afeto, cuidado e vulnerabilidade — muitas vezes sem que isso implique a abdicação de suas posições de privilégio —, o que os meus dados escancaram é que a reação ao avanço da agenda de gênero ainda é extremamente forte e organizada.

Ao me dedicar ao estudo da extrema-direita, da atuação de coletivos masculinos e masculinistas em redes digitais e do anti-intelectualismo, o que observei não foi a flexibilização ou a abertura das identidades masculinas, mas sim o recrudescimento de uma performance de masculinidade hegemônica, potencialmente violenta e abertamente reativa. Trata-se de uma mobilização que responde justamente à percepção de ameaça e perda de espaços tradicionais de dominação — como a transformação do espaço universitário, onde as mulheres negras se tornaram o maior grupo demográfico — por meio da exaltação da força, da apologia da agressividade e da reafirmação do familismo conservador.

Portanto, sem negar que transformações subjetivas e novos arranjos possam estar ocorrendo entre os homens em outras esferas sociais, a perspectiva oferecida pelas minhas pesquisas alerta para a densidade do backlash masculino. Esse movimento demonstra que qualquer tentativa de ampliação dos repertórios de gênero continua enfrentando uma contraofensiva profunda, articulada para restaurar as hierarquias tradicionais e preservar as assimetrias de poder. Dito de outro modo, ainda vamos precisar dos estudos de gênero e particularmente do feminismo por muito tempo.

5. Em sua opinião, o que ainda falta avançar no tema da masculinidade no Brasil?

Para responder a essa questão, é preciso reconhecer, em primeiro lugar, que, como dito, o conceito de gênero emergiu no bojo do construtivismo e de uma necessária valorização da esfera política e discursiva em detrimento do determinismo econômico. Esse movimento analítico trouxe ganhos inestimáveis para as Ciências Sociais, pois

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

permitiu compreender as identidades de gênero em geral e a masculinidade em particular não como dados biológicos fixos ou estruturas historicamente consolidadas, mas como construções sociais, históricas instáveis e performativas, resultado da agência de “atores” sociais.

No entanto, depois de avançarmos muito nessa direção construtivista e discursiva, que fez do gênero um conceito eminentemente político, minha avaliação, considerando os estudos de gênero e de masculinidade no Brasil, hoje, consiste no retorno à análise econômica e na superação do viés excessivamente politicista. Uma parte importante da literatura recente tem tratado a reação conservadora (*backlash*) e as “guerras culturais” como fenômenos estritamente ideológicos, discursivos ou comunicacionais, desconectados da dinâmica do capitalismo tardio e das transformações materiais da sociedade.

A limitação da abordagem puramente culturalista ou, se quisermos, politicista fica evidente quando analisamos eventos centrais da história recente do país, como o golpe de 2016 e a ascensão da agenda conservadora-neoliberal. Como a análise desse período demonstra, a plataforma de ajuste fiscal e retração do Estado silencia sobre a palavra “mulher”, mas cita baseia-se centralmente na noção de “família”. Esse familismo oculto e conservador (Cooper, 2017) revela que o enxugamento dos serviços públicos de bem-estar social depende diretamente da estrutura familiar tradicional e da divisão sexual do trabalho baseada em hierarquias de gênero que submete as mulheres, transferindo para o âmbito privado — e desproporcionalmente para o trabalho reprodutivo não pago das mulheres — os encargos com saúde, educação e cuidado.

Portanto, para fazer o tema da masculinidade avançar no Brasil, precisamos articular de forma indissociável a dimensão política e a dimensão econômica do gênero. É indispensável resgatar as contribuições da Teoria da Reprodução Social e do feminismo materialista — de autoras como Heleieth Saffioti e Lise Vogel —, compreendendo que as performances de masculinidade hegemônica, o familismo e a misoginia não são apenas discursos morais, mas tecnologias políticas que viabilizam a exploração econômica e sustentam a ordem capitalista neoliberal nos momentos de crise.

6. Finalmente, qual a dica você daria para os jovens cientistas sociais, que estão se interessando por gênero e em especial por masculinidade?

A dica principal que eu daria é: não tratem o estudo de gênero e de masculinidades como um campo isolado ou como uma subárea autocentrada das Ciências Sociais. Estudar gênero não é olhar para um recorte marginal da realidade, mas sim, utilizar uma lente analítica indispensável para compreender a própria estrutura social, o Estado, as dinâmicas do capitalismo e as disputas políticas fundamentais do nosso tempo.

Em segundo lugar, incentivaria os jovens pesquisadores a articularem de forma rigorosa a reflexão teórica com a pesquisa empírica densa. É preciso ir além da análise puramente discursiva ou do mapeamento das guerras culturais nas redes sociais, buscando cruzar o debate sobre gênero e masculinidades com a economia política, a classe e a raça, as mudanças estruturais do ensino superior e do mercado de trabalho e com as dinâmicas culturais e subjetivas da nossa sociedade. Isso exige investigar dados concretos — sejam censos demográficos, levantamentos de redes, análises documentais de políticas públicas ou pesquisas orçamentárias — para compreender como as performances de masculinidade se conectam às transformações materiais e às crises da sociedade contemporânea.

Por fim, diria para não terem medo de encarar os fenômenos mais difíceis e desconfortáveis da nossa realidade. Estudar masculinidade no Brasil atual exige investigar não apenas os discursos normativos ou as aspirações de mudança, mas também a densidade das reações, o funcionamento dos “contrapúblicos” masculinos e os mecanismos de preservação de privilégios. É essa postura analítica — rigorosa, empiricamente fundamentada e atenta à complexidade do presente — que permite às Ciências Sociais produzir diagnósticos capazes de efetivamente transformar a sociedade.

As eleições de 2026, atualmente em curso, revelam isso: o recorte de gênero tem se mostrado chave para compreender a dinâmica política do Brasil contemporâneo, tanto quando olhamos o voto como variável estruturada quanto quando observamos novas dinâmicas políticas, a começar pela emergência de novos grupos e instituições de extrema-direita, como o novo partido Missão, composto majoritariamente por homens

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

que mobilizam, justamente, a masculinidade hegemônica como articulador da sua identidade política.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLOTTO, Maria Caraméz. "Boa guerra, garoto(s)!": bolsonarismo, "anti-intelectualismo" e masculinidade. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 113, p. 1-20, 2025.

CARLOTTO, Maria Caraméz. "Uma ponte para o passado: o golpe de 2016 e o projeto do neoliberalismo conservador para as mulheres". In: MENICUCCI, Eleonora; SECCO, Lincoln; JACINO, Ramatis (Org.). **O golpe de 2016: origens, mecanismos e consequências**. São Paulo: Hucitec/ Fundação Perseu Abramo, p. 341-356, 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

COOPER, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Nova York: Zone Books, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex. **The University of Chicago Legal Forum**, v.1989. n. 1, p.139-167, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). **Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KALIL, Isabela; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lúcia. Dreaming with guns: Performing Masculinity and Imagining Consumption in Bolsonaro's Brazil. In: BENJAMIN, J. et al. (Org.). *Precarious Democracy: Ethnographies of Hope, Despair, and Resistance in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2021. p. 50-61.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash. Trump, Brexit and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019

OAKLEY, Ann. **Sex, Gender and Society**. London: Temple Smith, 1972.

READ, Barbara. Truth, masculinity, and the anti-elitist backlash against the university in the age of Trump. **Teaching and higher education**, v.23, n.5, p. 593-605, 2018.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Cham: Springer, 2021.

RUBIN, Gayle. “The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex”. In: REITER, R. **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

Entrevista com Maria Caraméz Carlotto – Maria Jardim; Gabriela Lanza Porcinato – p. 215-226

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, 1986.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

TEIXEIRA, Jaqueline. Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal. **Contemporânea**, v. 12, n. 3, p. 743-767, 2022.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Recebido em: 15/08/2026 Aprovado em: 03/9/2026
